



CEM

CADERNO DE EXERCÍCIOS *MASTER*

Direito Processual Penal

Agente da Polícia Civil

Período: 2010 - 2017

Sumário

Direito Processual Penal.....	3
Princípios do Direito Processual Penal	3
Inquérito Policial.....	3
Ação Penal	7
Juiz	10
Medidas assecuratórias.....	10
Provas.....	11
Busca e apreensão	14
Competência.....	15
Procedimentos.....	16
Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória	17
Habeas Corpus.....	22
Comunicação dos atos processuais.....	22
Citação.....	23
Legislação especial	23
Gabarito	24

Direito Processual Penal

Princípios do Direito Processual Penal

1) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Constituição da República, artigo 5º, inciso XLV: “nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido”.

O dispositivo constitucional ora transcrito refere-se a um dos princípios denominado

- a) Princípio da correlação.
- b) Princípio da intranscendência.
- c) Princípio do privilégio contra a autoincriminação.
- d) Princípio da oficiosidade ou do impulso oficial.
- e) Princípio do devido processo legal.

Inquérito Policial

2) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2013

Assinale a alternativa correta no que diz respeito às disposições relativas ao Inquérito Policial previstas no Código de Processo Penal.

- a) Incumbirá à autoridade policial no curso do Inquérito Policial representar acerca da prisão preventiva.
- b) Caso vislumbre notória atipicidade da conduta investigada, a autoridade policial poderá determinar o arquivamento dos autos do Inquérito Policial.
- c) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, permanecerão com a autoridade policial após o encaminhamento dos autos do inquérito policial para análise do Ministério Público e Poder Judiciário, e serão encaminhados, posteriormente, se o Juiz ou membro do Ministério Público assim requisitarem.
- d) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado não poderão requerer qualquer diligência durante o curso do Inquérito Policial em virtude da natureza inquisitória deste procedimento.
- e) Nas comarcas em que houver mais de uma circunscrição policial, a autoridade com exercício em uma delas não poderá, nos inquéritos a que esteja procedendo, ordenar diligências em circunscrição de outra, sendo obrigatória, para tanto, a existência de precatórias ou requisições à autoridade competente daquela circunscrição.

3) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2014

O inquérito policial

- a) somente será instaurado por determinação do juiz competente.
- b) pode ser arquivado por determinação da Autoridade Policial.
- c) estando o indiciado solto, deverá ser concluído no máximo em 10 dias.
- d) nos crimes de ação pública poderá ser iniciado de ofício.
- e) não poderá ser iniciado por requisição do Ministério Público.

4) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

A respeito do inquérito policial, procedimento disciplinado pelo Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- a) os instrumentos do crime não acompanharão os autos do inquérito.
- b) o inquérito não acompanhará a denúncia ou queixa, ainda que sirva de base a uma ou outra.
- c) ao término do inquérito, a autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará os autos ao membro do ministério público, nos termos do § 1o do artigo 10.
- d) nos crimes de ação privada, a autoridade policial poderá proceder a inquérito, independentemente de requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
- e) o inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

5) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Sobre os prazos para a conclusão do inquérito policial, é correto afirmar que

- a) se for decretada prisão temporária em crime hediondo, o indiciado pode permanecer preso por até noventa dias, sem que seja necessária a conclusão do inquérito.
- b) nos crimes de competência da Justiça Federal, o prazo é de quinze dias, prorrogáveis por mais quinze, em regra.
- c) para os crimes de tráfico de drogas o prazo é de dez dias improrrogáveis.
- d) se o indiciado estava solto ao ser decretada sua prisão preventiva, o prazo de dez dias conta-se da data da decretação da prisão.
- e) a autoridade policial possui o prazo de trinta dias improrrogáveis para todos os casos previstos na legislação processual penal.

6) FEC - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2012

“Todo o poder de direção do inquérito se concentra nas mãos da autoridade policial”. A definição corresponde à característica da:

- a) inquisitorialidade.
- b) formalidade.
- c) sistematicidade.
- d) unidirecionalidade.

e) sigilosidade.

7) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

Um policial encontrou, no interior de um prédio abandonado, um cadáver que apresentava sinais aparentes de violência, com afundamento do crânio, o que indicava provável ação de instrumento contundente.

Nesse caso, cabe à autoridade policial,

- a) providenciar a imediata remoção do cadáver e o seu encaminhamento ao necrotério e aguardar o eventual reconhecimento por parentes.
- b) comunicar o fato à autoridade judiciária se o local estiver fora da circunscrição da delegacia onde esteja lotado, devendo-se manter afastado e não podendo impedir o fluxo de pessoas.
- c) promover a realização de perícia somente depois de autorizado pelo Ministério Público ou pelo juiz de direito.
- d) comunicar o fato imediatamente ao Ministério Público, que determinará as providências a serem adotadas.
- e) providenciar para que não se alterem o estado e o local até a chegada dos peritos criminais e ordenar a realização das perícias necessárias à identificação do cadáver e à determinação da causa da morte.

8) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

Considere que tenha sido cometido um homicídio a bordo de um navio petroleiro de uma empresa privada hondurenha ancorado no porto de Recife – PE. Nessa situação hipotética,

- a) o comandante do navio deverá ser compelido a tirar, imediatamente, o navio da área territorial brasileira e o crime será julgado em Honduras.
- b) o crime será apurado diretamente pelo Ministério Público brasileiro, dispensando-se o inquérito policial, em função da eventual repercussão nas relações diplomáticas entre os países envolvidos.
- c) a investigação e a punição do fato dependerão de representação do comandante do navio.
- d) nada poderá fazer a autoridade policial brasileira: navios e aeronaves são extensões do território do país de origem, não estando sujeitos às leis brasileiras.
- e) caberá à autoridade policial brasileira instaurar, de ofício, o inquérito policial para investigar a materialidade e a autoria do delito, que será punido conforme as leis brasileiras.

9) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

Considerando os dispositivos legais referentes ao inquérito policial, assinale a opção correta.

- a) Não cabe recurso administrativo aos escalões superiores do órgão policial contra decisão de delegado que nega a abertura de inquérito policial, mas o interessado pode recorrer ao Ministério Público.
- b) Representantes de órgãos e entidades da administração pública direta ou indireta não podem promover investigação de crime: deverão ser auxiliados pela autoridade policial quando

constatarem ilícito penal no exercício de suas funções.

c) Estando o indiciado preso, o inquérito policial deverá ser concluído, impreterivelmente, em dez dias, independentemente da complexidade da investigação e das evidências colhidas.

d) O delegado determinará o arquivamento do inquérito policial quando não houver colhido elementos de prova suficientes para imputar a alguém a autoria do delito.

e) Tratando-se de crimes de ação penal pública, o inquérito policial será iniciado de ofício pelo delegado, por requisição do Ministério Público ou por requerimento do ofendido ou de quem o represente.

10) UEG - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2013

Quanto ao inquérito policial, segundo o Código de Processo Penal, tem-se o seguinte:

a) não poderá ser instaurado para subsidiar ações penais privadas ou ações penais públicas condicionadas à representação.

b) nos crimes de ação penal pública incondicionada, será instaurado por requisição do ofendido ou por pessoa que o represente.

c) mesmo relatado, será devolvido à autoridade policial, por requerimento do Ministério Público, para o cumprimento das diligências imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

d) será arquivado pela autoridade policial, desde que seja verificada a atipicidade do fato ou esteja presente causa de extinção de punibilidade.

11) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

A respeito do IP, assinale a opção correta.

a) O delegado de polícia, se estiver convencido da ausência de elementos suficientes para imputar autoria a determinada pessoa, deverá mandar arquivar o IP, podendo desarquivá-lo se surgir prova nova.

b) O IP é presidido pelo delegado de polícia sob a supervisão direta do MP, que poderá intervir a qualquer tempo para determinar a realização de perícias ou diligências.

c) A atividade investigatória de crimes não é exclusiva da polícia judiciária, podendo ser eventualmente presidida por outras autoridades, conforme dispuser a lei especial.

d) O IP é indispensável para o oferecimento da denúncia; o promotor de justiça não poderá denunciar o réu sem esse procedimento investigatório prévio.

e) O IP é peça indispensável à propositura da ação penal pública incondicionada, sob pena de nulidade, e deve assegurar as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

12) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

A respeito do IP e da instrução criminal, assinale a opção correta.

a) O juiz é livre para apreciar as provas e, de acordo com sua convicção íntima, poderá basear a condenação do réu exclusivamente nos elementos informativos colhidos no IP.

b) Como a perícia é considerada a prova mais importante, o juiz não proferirá sentença que contrarie conclusões da perícia, devendo a prova técnica prevalecer sobre os outros meios probatórios.

- c) Uma vez arquivado o IP por decisão judicial, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se tiver notícia de uma nova prova.
- d) O ofendido e o indiciado não poderão requerer diligências no curso do IP.
- e) O IP, peça informativa do processo, oferece o suporte probatório mínimo para a denúncia e, por isso, é indispensável à propositura da ação penal.

13) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016

Sabendo que o inquérito policial é um procedimento administrativo para angariar provas sobre a materialidade e a autoria de uma infração penal, e que quando concluído será encaminhado para os seus destinatários imediato e mediato, é correto afirmar que:

- a) depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade competente, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- b) o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado não poderão requerer qualquer diligência durante a fase de inquérito policial.
- c) nos crimes de ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.
- d) a autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito policial.
- e) o Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

14) IPAD - Ag (PC AC)/PC AC/2012

Sobre o Inquérito policial, assinale a alternativa incorreta.

- a) Nos crimes de ação pública incondicionada o inquérito policial deve ser iniciado de ofício.
- b) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.
- c) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
- d) A autoridade policial, ao final do Inquérito, fundamentará suas conclusões, podendo, dentre outras providências, mandar arquivar autos do inquérito.
- e) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

Ação Penal

15) FEC - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2012

Adriana, nascida em 11 de fevereiro de 1994, sofreu assédio sexual quando trabalhava, junto com seus pais, em uma loja de calçados. Seu pai, à época, recusou-se a representar contra o chefe, por medo de represálias. O fato ocorreu em 12 de setembro de 2011. Nesta hipótese:

- a) a falta de representação por parte do pai de Adriana é considerada renúncia tácita ao direito

de representação, por isso não pode mais Adriana representar contra o autor do fato.

b) a falta de representação por parte do pai de Adriana (à época seu representante legal) impede a representação por parte de Adriana, por já ter ocorrido a decadência.

c) Adriana deve oferecer representação contra o autor do fato até o dia 10 de agosto de 2012.

d) por ser ação penal privada, deve Adriana procurar um advogado para oferecer queixa em face do autor do fato, sendo que esta deve ser oferecida até 10 de agosto de 2012.

e) a ação penal é pública incondicionada, por isso basta Adriana informar o crime na delegacia para que o autor possa ser processado, uma vez que o crime ainda não prescreveu.

16) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

Considerando os dispositivos legais a respeito da ação penal, assinale a opção correta.

a) Havendo vários ofensores querelados, qualquer um deles poderá pedir perdão ao querelante. Nesse caso, sendo o perdão extensível a todos os querelados, extingue-se a punibilidade, independentemente da aceitação do querelante.

b) Em face do princípio da obrigatoriedade da ação penal, o Ministério Público não poderá pedir o arquivamento do inquérito policial: deverá sempre requisitar novas diligências à autoridade policial.

c) Tratando-se de crime de ação privada, a titularidade da acusação é da própria vítima ofendida; sendo vários os ofensores, caberá à vítima escolher contra quem proporá a queixa.

d) A própria vítima poderá assumir a titularidade da ação pública incondicionada, se o Ministério Público ficar inerte dentro dos prazos prescritos na lei processual.

e) Em se tratando de ação penal privada subsidiária, se houver inércia do Ministério Público e a vítima, tendo assumido a titularidade da ação, deixar de praticar ato que lhe competia para dar prosseguimento ao processo, incorrerá em preempção, o que enseja a extinção do processo.

17) UEG - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2013

Segundo o Código de Processo Penal, a ação penal será

a) privada personalíssima, quando a atuação do Ministério Público independe do implemento de qualquer condição.

b) pública subsidiária da privada, quando o Ministério Público requer, no prazo legal, o arquivamento do inquérito policial e o ofendido dele não concorda.

c) privada, quando a atuação do Ministério Público estiver subordinada à representação do ofendido ou requisição do Ministro da Justiça.

d) pública, seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município.

18) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016

Nas palavras de Fernando Capez, "ação penal é o direito de pedir ao Estado-Juiz a aplicação do direito penal objetivo a um caso concreto...". De acordo com o Código de Processo Penal:

a) salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em

que o crime se consumou.

b) ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação privada. No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao Ministério Público.

c) será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, perdendo o Ministério Público a sua titularidade, não podendo o Parquet aditar a queixa, repudiá-la ou oferecer denúncia substitutiva, deixando de intervir em todos os termos do processo.

d) seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.

e) no caso de ação penal pública condicionada, caberá a retratação da representação até o recebimento da denúncia.

19) IPAD - Ag (PC AC)/PC AC/2012

Sobre a ação penal, assinale a alternativa incorreta.

a) A representação do ofendido para propositura de ação penal condicionada a tal manifestação será irretratável, depois de oferecida a denúncia.

b) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

c) Se o ofendido for menor de 21 (vinte e um), o direito de queixa somente poderá ser exercido por seu representante legal.

d) Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação privada.

e) O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.

20) FEC - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2012

Após obter o seu primeiro emprego, Amanda aborda a primeira recrutadora da empresa, que opinara desfavoravelmente a sua contratação, e lhe pergunta o porquê da avaliação negativa. Irritada pela abordagem, a mulher lhe responde, de maneira agressiva, que “nunca iria dar uma chance a uma negrinha favelada” e que “era melhor que ela não a abordasse mais, porque ela não gostava de trabalhar com macacos”. O crime cometido pela recrutadora é de ação penal:

a) pública incondicionada.

b) pública condicionada a representação.

c) pública condicionada a requisição.

d) privada propriamente dita.

e) privada personalíssima.

21) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016

A ação penal pode ser classificada como Pública ou Privada, levando-se em consideração o responsável pelo seu ajuizamento. A perempção, o perdão, a decadência e a renúncia são institutos relacionados ao prosseguimento da ação penal. Sendo assim, é possível afirmar que:

- a) nos casos em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação penal quando, falecendo o querelante, ou sobrevindo sua incapacidade, não comparecer em juízo, para prosseguir no processo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, qualquer das pessoas a quem couber fazê-lo.
- b) a renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, não se estenderá aos demais.
- c) quando, iniciada a ação penal privada, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos, ocorrerá a decadência.
- d) concedido o perdão pelo querelante, mediante declaração expressa nos autos, o Juiz julgará extinta a punibilidade, independentemente da aceitação do perdão pelo querelado.
- e) o perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.

Juiz

22) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

No que se refere à atuação do juiz, do Ministério Público, do acusado, do defensor, dos assistentes e auxiliares da justiça e aos atos de terceiros, assinale a opção correta.

- a) O acusado detém a prerrogativa de silenciar ao ser interrogado, mas esse direito pode ser interpretado contra ele, consoante o aforismo popular: quem cala consente.
- b) Assegura-se ao acusado a ampla defesa e o contraditório, mas isso não lhe retira plenamente a autonomia de vontade, de sorte que poderá dispensar advogado dativo ou defensor público, promovendo, por si mesmo, a sua defesa, ainda que não tenha condições técnicas para tanto.
- c) O réu denunciado em processo, por coautoria ou participação, pode atuar como assistente de acusação nesse mesmo processo se a defesa imputar exclusivamente ao outro acusado a prática do crime.
- d) No processo, o juiz exerce poderes de polícia – para garantir o desenvolvimento regular e tolher atos capazes de perturbar o bom andamento do processo – e poderes jurisdicionais – que compreendem atos ordinatórios, que ordenam e impulsionam o processo, e instrutórios, que compreendem a colheita de provas.
- e) Dados os princípios da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional, não se aplicam ao Ministério Público as prescrições relativas a suspeição e impedimentos de juízes.

Medidas assecuratórias

23) UEG - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2013

Para decretação de sequestro de bens imóveis, bastará, conforme o Código de Processo Penal, a existência de

- a) provas cabais da procedência ilícita dos bens.
- b) elementos circunstanciais da procedência ilícita dos bens.

- c) indícios veementes da procedência ilícita dos bens.
- d) fundadas suspeitas da procedência ilícita dos bens.

Provas

24) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2014

O Código de Processo Penal considera, entre outros, como meios de prova:

- a) reconhecimento de coisas; investigação policial; inquirição de testemunha; retrato falado.
- b) busca e apreensão; retrato falado; interrogatório do acusado; confissão.
- c) reconhecimento de pessoas; reconhecimento de coisas; confissão; acareação.
- d) interrogatório do acusado; retrato falado; reconhecimento de pessoas; acareação.
- e) investigação policial; interrogatório do acusado; confissão; acareação.

25) IBFC - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2014

Com amparo no que dispõe o Código de Processo Penal, no Título “Da Prova”, assinale a alternativa INCORRETA a respeito da ilicitude das provas:

- a) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.
- b) Excepcionalmente, não havendo outros elementos de materialidade e autoria no processo, poderá o juiz fundamentar sua decisão com base em provas ilícitas.
- c) Serão admissíveis as provas derivadas das ilícitas quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras.
- d) Serão admissíveis as provas derivadas das ilícitas quando puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras, ou seja, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.

26) UEG - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2013

São objeto de prova no curso do processo penal:

- a) as verdades axiomáticas do mundo do conhecimento.
- b) os eventos que não interessam à causa, sejam verdadeiros ou falsos.
- c) os fatos cientificamente demonstrados e universalmente aceitos.
- d) os fatos não contestados ou aqueles admitidos pelo acusado.

27) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Assinale a alternativa correta a respeito do tema “documentos de prova”, previsto no Código de Processo Penal.

- a) As partes sempre podem apresentar documentos em qualquer fase do processo.
- b) A lei não confere o mesmo valor do original à fotografia do documento, ainda que devidamente autenticada.
- c) Os documentos em língua estrangeira, sem prejuízo de sua juntada imediata, serão sempre traduzidos por tradutor público.

- d) As públicas-formas terão valor quando conferidas com o original por qualquer funcionário público, ainda que ausente a autoridade.
- e) A letra e firma dos documentos particulares serão submetidas a exame pericial, quando contestada a sua autenticidade.

28) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

No que diz respeito às provas no processo penal, assinale a opção correta.

- a) Para se apurar o crime de lesão corporal, exige-se prova pericial médica, que não pode ser suprida por testemunho.
- b) Se, no interrogatório em juízo, o réu confessar a autoria, ficará provada a alegação contida na denúncia, tornando-se desnecessária a produção de outras provas.
- c) As declarações do réu durante o interrogatório deverão ser avaliadas livremente pelo juiz, sendo valiosas para formar o livre convencimento do magistrado, quando amparadas em outros elementos de prova.
- d) São objetos de prova testemunhal no processo penal fatos relativos ao estado das pessoas, como, por exemplo, casamento, menoridade, filiação e cidadania.
- e) O procedimento de acareação entre acusado e testemunha é típico da fase pré-processual da ação penal e deve ser presidido pelo delegado de polícia.

29) IPAD - Ag (PC AC)/PC AC/2012

Dispõe o Código de Processo Penal, em seu art. 157, caput e § 1º:

'Art. 157. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.

§ 1º São também inadmissíveis as provas derivadas das-ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras".

O disposto no § 1º acima transcrito expressa orientação do(a):

- a) princípio da livre convicção do juiz.
- b) princípio do in dubio pro reo.
- c) teoria do ônus da prova.
- d) princípio da máxima efetividade constitucional.
- e) teoria da árvore dos frutos envenenados.

30) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2013

No que tange às disposições relativas às provas no Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- a) são admissíveis no processo penal as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser

obtidas por uma fonte independente das primeiras.

b) mesmo que haja divergência em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes, a acareação não será admitida entre acusados e testemunha.

c) o juiz ou a autoridade policial negará o requerimento de exame pericial de corpo de delito apresentado pelas partes, quando não for necessário ao esclarecimento da verdade.

d) para análise da admissibilidade das provas derivadas das ilícitas, considera-se fonte independente aquela que por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.

e) quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo apenas a confissão do acusado.

31) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Nos termos do artigo 159 do Código de Processo Penal, o exame de corpo de delito e outras perícias serão, em regra, feitos por

a) um perito não oficial, portador de diploma do curso de Engenharia.

b) peritos não oficiais.

c) dois peritos oficiais.

d) um perito oficial, portador de diploma de curso superior.

e) um perito não oficial, portador de diploma do curso de Direito.

32) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016

A prova em matéria processual penal tem por finalidade formar a convicção do magistrado sobre a materialidade e a autoria de um fato tido como criminoso. No que tange aos meios de prova, o Código de Processo Penal dispõe:

a) o exame de corpo de delito não poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

b) o exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior. Na falta de perito oficial, o exame será realizado por uma pessoa idônea, portadora de diploma de curso superior preferencialmente na área específica.

c) no caso de autópsia, esta será feita pelo menos seis horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.

d) não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhai não poderá suprir-lhe a falta.

e) quando a infração não deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

33) IBFC - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2014

Com base no Código de Processo Penal, Título “Da Prova”, assinale a alternativa INCORRETA quanto à confissão:

a) A confissão será indivisível e irretratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.

- b) Para a apreciação da confissão, o juiz deverá confrontá-la com as demais provas do processo, verificando se entre ela e estas existe compatibilidade ou concordância.
- c) O silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.
- d) O valor da confissão se aferirá pelos critérios adotados para os outros elementos de prova.

34) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Código de Processo Penal, artigo 239: “Considera-se _____ a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por _____, concluir-se a existência de outra ou outras _____”.

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas do enunciado.

- a) indício ... indução ... circunstâncias
- b) contraindício ... indução ... circunstâncias
- c) indício ... dedução ... autorias
- d) contraindício ... indução ... autorias
- e) indício ... dedução ... circunstâncias

Busca e apreensão

35) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Nos termos do Código de Processo Penal, artigo 244, a busca pessoal

- a) não dependerá de mandado da autoridade judicial competente, em caso de prisão em flagrante.
- b) sempre dependerá de mandado da autoridade judicial competente.
- c) dependerá de mandado da autoridade policial competente, em caso de medida determinada no curso de busca domiciliar.
- d) dependerá de mandado da autoridade judicial competente, em caso de fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida.
- e) dependerá de mandado da autoridade policial competente, em caso de fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de objetos ou papéis que constituam corpo de delito.

36) UEG - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2013

Sobre a busca e apreensão domiciliar, verifica-se o seguinte:

- a) será determinada pela autoridade policial ou pela autoridade judiciária, que poderá realizá-la pessoalmente.
- b) segundo a Constituição Federal, poderá ser realizada, em casos excepcionais e por determinação judicial ou policial, durante o repouso noturno.
- c) só será realizada em domicílio que se encontrar ocupado, uma vez que a sua inviolabilidade protege, em última análise, o direito à intimidade.
- d) proceder-se-á quando fundadas razões a autorizarem para descobrir objetos necessários à

prova de infração ou à defesa do réu.

Competência

37) FEC - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2012

Crime de roubo praticado contra o Banco do Brasil; crime de roubo praticado contra a Caixa Econômica Federal:

- a) este é da competência da Justiça Estadual; aquele, da Justiça Federal.
- b) aquele é da competência da Justiça Estadual; este, da Justiça Federal.
- c) ambos são da competência da Justiça Estadual.
- d) ambos são da competência da Justiça Federal.
- e) ambos são, parcialmente, da competência da Justiça Estadual.

38) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

A respeito da competência no processo penal, assinale a opção correta.

- a) A inércia da jurisdição é um princípio processual que permite ao juiz condenar o réu mesmo quando o Ministério Público postula a sua absolvição.
- b) De acordo com a teoria da ubiquidade, um juiz pode julgar simultaneamente duas ações penais distintas quando as provas de uma possam repercutir na outra.
- c) Conexão e continência são institutos que autorizam a prorrogação da competência, possibilitando que esta seja definida em desacordo com as regras abstratas baseadas no lugar do crime, domicílio do réu, natureza da infração ou distribuição.
- d) A competência *ratione loci*, que se refere ao local da consumação do crime, deriva da legislação infraconstitucional e é de natureza absoluta, não podendo ser prorrogada nem reconhecida de ofício pelo juiz.
- e) O princípio do juiz natural determina que a ação penal deverá ser julgada pelo juiz que primeiro tiver tomado conhecimento do fato.

39) UEG - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2013

Na determinação da competência por conexão ou continência serão observadas, conforme o Código de Processo Penal, as seguintes regras:

- a) no concurso entre jurisdição comum e militar, esta prevalecerá.
- b) no concurso entre jurisdições de diversas categorias, prevalecerá a menos graduada.
- c) no concurso entre jurisdição comum e juízo de menores, prevalecerá aquela.
- d) no concurso entre jurisdição comum e especial, prevalecerá esta.

40) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016

No que tange à competência, o Direito Processual Penal brasileiro adotou, como regra, a teoria da(o):

- a) atividade

- b) resultado.
- c) equivalência dos antecedentes causais.
- d) ubiquidade
- e) alternatividade.

41) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016

A competência é a medida da Jurisdição, distribuída entre os vários magistrados, que compõem organicamente o Poder Judiciário do Estado. A conexão e a continência integram os critérios para a fixação dessa competência. A doutrina brasileira no âmbito do processo penal traz diversas classificações e conseqüências a respeito da conexão e da continência. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a) A conexão intersubjetiva por simultaneidade trata-se da situação dos agentes que cometem crimes uns contra os outros.
- b) No processo penal brasileiro não se admite a fixação da competência pela continência.
- c) A conexão intersubjetiva por concurso é a situação de vários agentes que cometem infrações penais em tempo e lugares diferentes, embora umas sejam destinadas, pelo Name subjetivo que liga os autores, a servir de suporte às seguintes.
- d) A conexão objetiva é o nome dado à autêntica forma de conexão processual. Denomina-se, também, conexão ocasional, significando que todos os feitos somente deveriam ser reunidos se a prova de uma infração servisse, de algum modo, para a prova de outra, bem como se as circunstâncias elementares de uma terminassem influenciando para a prova de outra.
- e) A conexão instrumental, chamada também pela doutrina de conexão consequencial, lógica ou teleológica, demonstra que há vários autores cometendo crimes para facilitar ou ocultar outros, bem como para garantir a impunidade ou vantagem do que já foi feito

Procedimentos

42) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Sobre os Juizados Especiais Criminais (Lei no 9.099/95), pode-se afirmar que

- a) não será preso em flagrante e tampouco estará obrigado a recolher fiança o autor do fato que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer.
- b) são competentes para o processamento e julgamento das infrações de menor potencial ofensivo a delegacia e o fórum do local da residência da vítima.
- c) será instaurado o termo circunstanciado pela autoridade policial, após a notícia de infração de menor potencial ofensivo, inclusive quando se tratar de crime militar.
- d) não poderá ser processado pelos juizados especiais criminais o autor do fato, se portador de antecedentes criminais.
- e) os delitos cuja pena máxima não seja superior a dois anos – excluindo-se daí as contravenções penais – por serem infrações de menor potencial ofensivo, são de competência dos juizados especiais criminais.

43) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

Assinale a opção correta acerca do habeas corpus, considerando os princípios constitucionais, as normas atinentes e os procedimentos próprios dos juizados especiais criminais.

- a) O juizado especial criminal tem competência para julgar infrações penais de menor potencial ofensivo, assim consideradas as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.
- b) As competências dos juizados especiais criminais são fixadas com base nas penas máximas cominadas aos tipos; portanto, as suas normas são também aplicáveis às hipóteses de crimes praticados em contexto de violência doméstica contra a mulher, desde que a pena de detenção máxima prevista não ultrapasse dois anos.
- c) Sendo mais favoráveis ao réu os procedimentos dos juizados especiais, a eles competirá julgar os crimes de pequeno potencial ofensivo, mesmo se conexos com infrações da competência do juízo criminal comum ou do tribunal do júri.
- d) Qualquer pessoa tem legitimidade para impetrar habeas corpus, mas só o advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil tem capacidade postulatória para fazê-lo perante os tribunais superiores.
- e) No caso de suspeito preso em flagrante delito, o Ministério Público, como titular da ação penal, está impedido de impetrar habeas corpus, pois é sua a obrigação de iniciar o processo persecutório.

44) FEC - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2012

De acordo com o Código de Processo Penal, nos crimes de responsabilidade de funcionários públicos, quando afiançáveis, o prazo de resposta do acusado, antes do recebimento da denúncia ou queixa, é de:

- a) trinta dias.
- b) cinco dias.
- c) dez dias.
- d) vinte dias.
- e) quinze dias.

Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória

45) FEC - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2012

De forma a adaptar o Código de Processo Penal à Constituição da República e às novas tecnologias, o Congresso Nacional vem aprovando diversas leis que alteram aquele Diploma Legal. Entre elas, está a Lei nº 12.403/2011, que modifica o Código de Processo Penal no que tange à prisão e às medidas cautelares. Acerca das alterações promovidas pela referida lei, é INCORRETO afirmar que:

- a) não mais existe a prisão especial para os diplomados por quaisquer das faculdades superiores da República.
- b) se a infração for inafiançável, a falta de exibição do mandado não obstará à prisão, e o preso, em tal caso, será imediatamente apresentado ao juiz que tiver expedido o mandado.

- c) qualquer agente policial poderá efetuar a prisão determinada no mandado de prisão registrado no Conselho Nacional de Justiça, ainda que fora da competência territorial do juiz que o expediu.
- d) quando as autoridades locais tiverem fundadas razões para duvidar da legitimidade da pessoa do executor ou da legalidade do mandado que apresentar, poderão pôr em custódia o réu, até que fique esclarecida a dúvida.
- e) as pessoas presas provisoriamente ficarão separadas das que já estiverem definitivamente condenadas, nos termos da lei de execução penal.

46) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2013

Considera-se em flagrante delito:

- a) o agente que é surpreendido com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração, em qualquer momento da investigação.
- b) o agente que é investigado pela prática da infração penal no momento em que a autoridade policial consegue reunir as provas de ter sido ele o autor do crime.
- c) o agente das infrações permanentes, enquanto não cessar a permanência.
- d) o agente que foge após a prática da infração penal enquanto não for capturado.
- e) o agente que é surpreendido na fase dos atos preparatórios da infração penal.

47) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2014

Um estabelecimento comercial foi roubado, sendo subtraídos vários objetos de valor. A viatura de um Investigador de Polícia, que passava pelo local, foi acionada por populares que presenciaram o roubo e relataram o ocorrido. Após algumas horas, durante o trabalho de investigação policial, em diligência nas proximidades do local do fato, o investigador surpreende um cidadão com a arma do crime e com vários objetos roubados, sendo este ainda reconhecido pelas vítimas.

Diante dessa situação, assinale a alternativa correta.

- a) Não é possível a prisão em flagrante, pois o criminoso não foi surpreendido no momento e no local da prática do crime.
- b) É possível a prisão em flagrante, porém apenas por determinação do juiz competente.
- c) O cidadão somente poderá ser preso preventivamente pela autoridade policial ou judiciária, não se admitindo a prisão em flagrante.
- d) Há possibilidade de prisão em flagrante em razão de o cidadão ter sido encontrado, logo depois, com a arma e objetos que faziam presumir ser ele autor da infração.
- e) O investigador deverá acionar a Polícia Militar, pois somente esta poderá efetuar a prisão em flagrante.

48) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

O indivíduo "A", que coloca dolosamente sua carteira na mochila de "B", para logo em seguida acionar a polícia, sob a alegação de haver sido furtado por "B"; tendo os policiais encontrado a

carteira de “A” no interior da mochila de “B”, “B” é preso em flagrante pela prática de crime. A hipótese ora narrada é, pela doutrina, denominada flagrante

- a) esperado.
- b) provocado ou preparado.
- c) retardado ou diferido.
- d) presumido ou ficto.
- e) forjado.

49) IBFC - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2014

Segundo o Código de Processo Penal, no Título “Da Prisão, das Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória”, são hipóteses legais de prisão em flagrante delito, exceto:

- a) Quem está cometendo a infração penal.
- b) Quem acaba de cometê-la.
- c) Quem é capturado em até vinte e quatro horas após cometer a infração penal.
- d) Quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

50) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

A respeito de prisão, liberdade provisória do acusado e medidas cautelares alternativas ao encarceramento, assinale a opção correta.

- a) A prisão provisória será decretada pelo juiz pelo prazo máximo de cinco dias, prorrogável por igual período, ou por até trinta dias improrrogáveis, se se tratar de crimes hediondos ou equiparados.
- b) O descumprimento de medida protetiva de urgência determinada sob a égide da Lei Maria da Penha é uma das hipóteses autorizativas da prisão preventiva prevista na lei processual penal.
- c) Conforme a CF, a casa é asilo inviolável do indivíduo: a autoridade policial nela não pode penetrar à noite sem consentimento do morador, seja qual for o motivo.
- d) A prisão preventiva do acusado poderá ser requerida, em qualquer fase do inquérito ou do processo, pela autoridade policial, pelo Ministério Público ou pelo assistente de acusação.
- e) Independentemente do tipo de crime, a fiança será arbitrada pela autoridade policial e comunicada imediatamente ao juiz que, depois de ouvir o Ministério Público, a manterá ou não.

51) UEG - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2013

A prisão em flagrante, segundo o Código de Processo Penal

- a) deve ser relaxada quando o juiz, fundamentadamente, considerá-la ilegal.
- b) deverá ser executada por qualquer do povo, desde que a autoridade policial não a execute.
- c) será decretada pelo juiz para garantia da ordem pública ou para a instrução processual.
- d) terá prazo de 10 dias, quando, então, o juiz deverá convertê-la em prisão temporária.

52) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

José subtraiu o carro de Ana mediante grave ameaça exercida com arma de fogo. Após a prática do ato, ele fugiu do local dirigindo o veículo em alta velocidade, mas foi perseguido por outros condutores que passavam pela via e atenderam ao pedido de ajuda da vítima.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) Uma vez preso em flagrante, José deverá ser conduzido até autoridade policial, que lavrará o auto de prisão e entregará a nota de culpa no prazo máximo de quarenta e oito horas.
- b) José poderá ser preso em flagrante pelo roubo enquanto estiver na posse do veículo de Ana, independentemente do lapso temporal transcorrido.
- c) A interrupção da perseguição de José descaracteriza o flagrante impróprio, embora José possa ser preso se encontrado, em seguida, com o objeto do crime e em situação pela qual se presume ser ele o autor do fato.
- d) Caso seja preso em flagrante, José deverá ser informado de suas garantias constitucionais e de seu direito de permanecer calado e de estar acompanhado por advogado, bem como terá direito ao acesso à identificação completa do responsável por sua prisão e da vítima do fato.
- e) Embora a perseguição realizada por pessoas da sociedade civil seja importante para as investigações porque propicia a recuperação do veículo e a identificação do autor do fato, esse tipo de perseguição não caracteriza situação de flagrância.

53) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016

A prisão em flagrante consiste em medida restritiva de liberdade de natureza cautelar e processual. Em relação às espécies de flagrante, assinale a alternativa correta.

- a) Flagrante próprio constitui-se na situação do agente que, logo depois, da prática do crime, embora não tenha sido perseguido, é encontrado portando instrumentos, armas, objetos ou papéis que demonstrem, por presunção, ser ele o autor da infração.
- b) Flagrante preparado é a possibilidade que a polícia possui de retardar a realização da prisão em flagrante, para obter maiores dados e informações a respeito do funcionamento, componentes e atuação de uma organização criminosa.
- c) Flagrante presumido consiste na hipótese em que o agente concluiu a infração penal, ou é interrompido pela chegada de terceiros, mas sem ser preso no local do delito, pois consegue fugir, fazendo com que haja perseguição por parte da polícia, da vítima ou de qualquer pessoa do povo.
- d) Flagrante esperado é a hipótese viável de autorizar a prisão em flagrante e a constituição válida do crime. Não há agente provocador, mas simplesmente chega à polícia a notícia de que um crime será cometido, deslocando agentes para o local, aguardando-se a ocorrência do delito, para realizara prisão.
- e) Flagrante impróprio refere-se ao caso em que a polícia se utiliza de um agente provocador, induzindo ou instigando o autor a praticar um determinado delito, para descobrir a real autoridade e materialidade de outro.

54) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2013

No tocante à prisão preventiva, é correto afirmar:

- a) poderá ser decretada quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la.
- b) se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, só poderá ser decretada em substituição das medidas protetivas de urgência.
- c) não poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.
- d) não pode ser decretada durante o Inquérito Policial, mas apenas durante o processo penal após o oferecimento da denúncia.
- e) poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, sendo, em tais casos, irrelevante haver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

55) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2014

A prisão preventiva

- a) é decretada pelo juiz.
- b) somente poderá ser decretada como garantia da ordem pública.
- c) não poderá ser revogada pelo juiz.
- d) poderá ser decretada pelo delegado de polícia.
- e) é admitida para qualquer crime ou contravenção.

56) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

É admitida a decretação da prisão preventiva de indivíduo primário, civilmente identificado, pela prática de

- a) quaisquer crimes dolosos punidos com detenção.
- b) quaisquer crimes culposos punidos com reclusão.
- c) crime doloso punido com pena privativa de liberdade máxima superior a dois anos.
- d) crime que envolve violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.
- e) crime culposo punido com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos.

57) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2014

A prisão temporária, nos termo da Lei n.º 7.960/89, será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de

- a) cinco dias, prorrogáveis por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- b) dez dias, prorrogáveis por igual período, desde que autorizada pelo juiz do caso.
- c) cinco dias, improrrogáveis.
- d) dez dias, improrrogáveis.
- e) quinze dias, prorrogáveis por até trinta dias, se necessário, a critério do juiz do caso.

58) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Sobre o instituto da prisão temporária, é correto afirmar que

- a) é cabível sua decretação em alguns crimes culposos.
- b) é cabível sua decretação em crimes de roubo.
- c) não é cabível sua decretação em crimes hediondos.
- d) haverá, sempre que possível, um plantão permanente diurno do Poder Judiciário e do Ministério Público para apreciação dos pedidos de prisão temporária, nas comarcas e seções judiciárias.
- e) a lei faculta a separação dos presos temporários dos demais detentos.

59) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

Marcos praticou crime de extorsão, cuja pena é de reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) A presença de indícios de autoria e materialidade é motivo suficiente para o juiz decretar a prisão preventiva de Marcos.
- b) Marcos não poderá ser submetido a prisão temporária, porque o crime que cometeu é hediondo, embora não conste no rol taxativo da lei.
- c) Caso Marcos seja preso em flagrante, admite-se a imposição de medidas cautelares diversas da prisão em substituição da liberdade provisória sem fiança.
- d) Caso Marcos seja preso em flagrante, poderá ser solto mediante arbitramento de fiança pela autoridade policial.
- e) Marcos poderá ser submetido a prisão temporária, que tem prazo fixo previsto em lei e admite uma prorrogação por igual período.

Habeas Corpus

60) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016

A expressão habeas corpus traduz-se literalmente do latim para o português como “tome o corpo”. Em relação ao habeas corpus no direito brasileiro, é possível afirmar que:

- a) de acordo com entendimento majoritário na doutrina e na jurisprudência, admite-se que a petição de habeas corpus seja apócrifa.
- b) o coator pode ser tanto uma autoridade quanto um particular.
- c) o Ministério Público não possui legitimidade para impetrar habeas corpus em favor do réu de um processo.
- d) pessoa jurídica pode figurar como paciente em habeas corpus.
- e) o habeas corpus profilático é cabível na hipótese de já ter sido consumado o constrangimento ilegal à liberdade.

Comunicação dos atos processuais

61) UEG - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2013

As cartas precatórias, segundo o Código de Processo Penal,

- a) quando expedidas não suspenderão a instrução processual.
- b) só serão expedidas se demonstrada a sua imprescindibilidade, arcando a parte requerente com os custos do envio.
- c) serão utilizadas para citações que houverem de ser feitas em legações estrangeiras.
- d) só serão expedidas para citação do réu que se encontrar preso.

Citação

62) FEC - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2012

Agenor, preso por participação em tráfico de drogas, responde também a processo por receptação. Citado por edital, foi nomeado defensor dativo depois de Agenor não ter respondido ao edital. Na hipótese:

- a) o processo não será suspenso, uma vez que Agenor não está desaparecido, mas preso.
- b) a intimação dos atos do referido processo faz-se por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca, incluindo, sob pena de nulidade, o nome do acusado.
- c) a intimação da sentença será feita ao defensor, pessoalmente.
- d) a citação é nula, uma vez que o réu preso deve ser citado pessoalmente.
- e) a intimação da sentença será feita por edital, com prazo de trinta dias.

Legislação especial

63) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Sobre a Lei de Interceptação Telefônica (Lei no 9.296/96), está correto afirmar:

- a) As interceptações das comunicações telefônicas são admitidas como meio de prova para qualquer crime.
- b) A interceptação de comunicações telefônicas sem autorização judicial, por parte do agente policial, constituiu apenas infração administrativa, nos termos do artigo 10 da Lei no 9.296/96.
- c) A conversa telefônica gravada por um dos interlocutores não caracteriza crime, não estando, portanto, sujeito às disposições da Lei no 9.296/96.
- d) Sendo infrutífera a interceptação de conversas telefônicas, ao final do prazo, a autoridade policial arquivará o material gravado, comunicando o juiz apenas do resultado negativo da interceptação.
- e) As interceptações telefônicas, no curso das investigações, dependem da ordem da Autoridade Policial e no curso da ação penal dependem de ordem judicial.

64) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

Considerando os princípios e normas que orientam a produção de provas no processo penal, assinale a opção correta.

- a) O reconhecimento de pessoas no âmbito do inquérito policial poderá ser feito pessoalmente, com a apresentação do suspeito, ou por meio de fotografias, com idêntico valor probante, conforme disciplinado no Código de Processo Penal.

- b) Conforme a teoria dos frutos da árvore envenenada, são inadmissíveis provas ilícitas no processo penal, restringindo-se o seu aproveitamento a casos excepcionais, mediante decisão fundamentada do juiz.
- c) Nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo, embora indispensável a perícia técnica que descreva os vestígios materiais e indique os instrumentos utilizados, ela pode ser suprida pela confissão espontânea do acusado.
- d) O pedido de interceptação telefônica do investigado cabe exclusivamente ao Ministério Público e somente a ele deve se reportar a autoridade policial.
- e) A interceptação telefônica é admitida no processo se determinada por despacho fundamentado do juiz competente, na fase investigativa ou no curso da ação penal, sob sigilo de justiça.

65) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

Com relação às normas constitucionais e legais atinentes à investigação criminal e às organizações criminosas, assinale a opção correta.

- a) O delegado de polícia, por deter a prerrogativa de condução do inquérito policial, pode se negar a cumprir diligências requisitadas pelo Ministério Público se entender que elas não são pertinentes.
- b) O indiciamento do suspeito de prática de crime é ato privativo do delegado de polícia, mediante ato fundamentado do qual constarão a análise técnico-jurídica do fato criminoso e suas circunstâncias e a indicação da materialidade e da autoria.
- c) Colaboração premiada ou delação premiada permitem ao juiz reduzir em até dois terços a pena aplicada ao réu integrante de organização criminosa, mas não isentá-lo de pena.
- d) O delegado de polícia não pode propor a delação premiada: somente o Ministério Público tem a necessária legitimidade para propô-la ao juiz da causa.
- e) Para a delação premiada, o réu colaborador não necessita estar assistido por advogado; basta que, espontaneamente, declare ao juiz o seu desejo de colaborar.

Gabarito

1) B	2) A	3) D	4) E	5) B
6) A	7) E	8) E	9) E	10) C
11) C	12) C	13) E	14) D	15) E
16) D	17) D	18) D	19) C	20) B
21) E	22) D	23) C	24) C	25) B
26) D	27) E	28) C	29) E	30) D
31) D	32) C	33) A	34) A	35) A
36) D	37) B	38) C	39) D	40) B
41) C	42) A	43) A	44) E	45) A
46) C	47) D	48) E	49) C	50) B
51) A	52) C	53) D	54) A	55) A
56) D	57) A	58) B	59) E	60) B

Direito Processual Penal

Agente da Polícia Civil

61) A	62) D	63) C	64) E	65) B
-------	-------	-------	-------	-------